

A mobilidade ocupacional das trabalhadoras domésticas no Brasil

Katia Saito

*Escola de Economia de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas
EESP-FGV*

André Portela Souza

*Escola de Economia de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas
EESP-FGV*

Resumo

O trabalho doméstico é a ocupação da maioria das trabalhadoras brasileiras. São mais de 6 milhões de mulheres nesta ocupação. Este estudo tem como objetivo analisar a mobilidade ocupacional destas trabalhadoras. O trabalho examina até que ponto o fato de ter tido o primeiro emprego como trabalhadora doméstica afeta as trabalhadoras na escolha futura de sua ocupação. Estima-se o efeito do primeiro emprego como trabalhadora doméstica sobre a probabilidade de ter a ocupação de doméstica atualmente. Para tanto, utiliza-se o método de variáveis instrumentais de modo a controlar o viés de endogeneidade entre a escolha da primeira ocupação e a ocupação atual. Os resultados mostram que o fato de ter tido como primeiro emprego o trabalho doméstico aumenta a probabilidade das trabalhadoras permanecerem nesta mesma ocupação em comparação com quem não começou como doméstica. Quando o resultado é comparado com a estimação pelo Método de Mínimos Quadrados, ou seja, sem controlar por um possível viés de endogeneidade, o resultado é três vezes maior. Estes resultados sugerem uma imobilidade ocupacional onde a escolha de inserção como empregada doméstica pode levar a uma armadilha de ocupação.

Palavras-chave: trabalho doméstico, mobilidade ocupacional, método de variáveis instrumentais

Abstract

Domestic servant is the occupation of the majority of the Brazilian female workers. There are more than 6 million women in this occupation. This study analyzes the occupational mobility of these workers. It examines the impact of having the first job occupation as servant worker in the likelihood of being a servant worker currently. Instrumental variable estimators are used in order to control for the potential endogeneity bias of occupational choices and labor market outcomes. The results found show that a worker that starts as a servant worker has a higher probability of being a servant worker currently compared to a worker that started to work in another occupation. The IV results are three time stronger than the OLS results, suggesting the existence of immobility such that the starting and a domestic servant leads to an occupational trap.

Key-words: Domestic servant, occupational mobility, instrumental variable estimators.

Área Anpec: Economia do trabalho

Classificação JEL: J24; J31; J62; O15.

1. Introdução

O trabalho doméstico é a ocupação da maioria das trabalhadoras brasileiras, com 17,9% da população ocupada feminina empregada neste serviço. São mais de 6 milhões de trabalhadoras, segundo dados de 2006 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apenas a título de comparação, a segunda e a terceira maiores ocupações são o setor de educação, saúde e serviços sociais e o setor de comércio e reparação que possuem, respectivamente, 16,4% e 16,1% da população feminina ocupada. O objetivo do trabalho é examinar até que ponto o fato de ter tido o primeiro emprego como empregada doméstica afeta as trabalhadoras na escolha futura de suas ocupações. O fato de ter o primeiro emprego como doméstica aumenta a probabilidade de manter-se nesta mesma ocupação?

Entender os determinantes do serviço doméstico e as conseqüências sobre o emprego é fundamental para o entendimento do mercado de trabalho brasileiro e elaboração de leis e políticas públicas voltadas para melhoria do bem estar do trabalhador doméstico. Portanto, este trabalho pretende analisar os determinantes e as conseqüências do trabalho doméstico a partir de inferências causais do trabalho doméstico sobre a ocupação atual. Procura-se responder as seguintes questões:

1. Quais são os determinantes do trabalho doméstico em relação às outras ocupações?
 - a. Que características socioeconômicas observáveis estão mais associadas à probabilidade de ser trabalhador doméstico em comparação às demais ocupações?
 - b. Que características socioeconômicas estão mais associadas ao fato de ter tido como primeiro emprego o trabalho doméstico em comparação às demais ocupações?
2. Quais as conseqüências do primeiro emprego ter sido o trabalho doméstico sobre os resultados do indivíduo no mercado de trabalho corrente?
 - a. Qual o impacto da primeira ocupação ter sido empregada doméstica sobre a probabilidade de estar ocupado hoje nesta mesma ocupação em comparação com quem começou em outra ocupação?

As respostas a estas perguntas podem ajudar a elucidar a questão de mobilidade ocupacional das trabalhadoras brasileiras. Será que ingressar no mercado de trabalho como doméstica permite a ela encontrar um caminho de ascensão social através de ocupações que de outra maneira não seria possível? Ou se torna uma armadilha onde a pessoa não consegue progredir ocupacionalmente posteriormente?

Este estudo está dividido em 6 seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção são apresentados os trabalhos existentes tanto em relação à mobilidade social como em relação ao serviço doméstico. Na terceira seção é apresentada a metodologia empregada e a base de dados utilizada. Na quarta seção é realizada uma análise descritiva das trabalhadoras em relação ao primeiro emprego e ao emprego atual. A quinta seção apresenta os resultados das estimações. Por fim, na sexta seção são apresentadas as conclusões.

2. Resenha da literatura

Um dos primeiros trabalhos realizados sobre mobilidade social foi realizado por Pastore (1979) a partir de dados coletados em 1973 pelo IBGE. Recentemente este trabalho foi atualizado por Pastore e Silva (2000). Neste estudo, os autores analisam a mobilidade intrageracional de ocupação ou “de carreira”, ou seja, a mobilidade que se dá após a entrada do indivíduo no mercado de trabalho, que é medida usualmente pela comparação entre a primeira ocupação e a ocupação atual do indivíduo. Os resultados encontrados mostraram que a educação afeta positivamente as trajetórias de carreira, mesmo quando controlada pela ocupação de entrada no mercado de trabalho. Para os estratos mais altos, os autores chegam à conclusão de que não há carreiras propriamente ditas, pois a variável experiência não se mostrou significativa. Neste caso, a imobilidade seria grande, pois quem inicia a carreira em tais estratos permaneceria nesses estratos.

A partir de uma divisão maior de estratos ocupacionais, Ribeiro (2005) analisa a mobilidade social no Brasil entre 1973 e 1996. São utilizados 6 estratos ocupacionais hierarquicamente ordenados, sendo um deles o serviço doméstico. Estes estratos ocupacionais são classificados em três setores: setor de trabalho manual urbano, ao qual se enquadra o serviço doméstico; setor de trabalho não manual urbano e trabalho rural. Neste estudo o autor mostra que grande parte do recrutamento para o serviço doméstico vem de trabalhadores pertencentes ao setor de trabalho manual urbano. No entanto, a absoluta maioria dos trabalhadores domésticos não é recrutada na mesma classe (ou seja, os trabalhadores provêm de outras classes do setor de trabalho manual urbano). O autor mostra que a imobilidade é pequena na classe serviço doméstico, pois grande parte dos trabalhadores deixa esta classe para trabalhar no setor de trabalho manual urbano. No entanto, os dados mostram uma baixa porcentagem de trabalhadores domésticos que conseguem mudar para fora do setor de trabalho manual urbano.

Quanto à literatura referente ao trabalho doméstico, Melo (1998) mostra que o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção de mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. As migrantes rurais-urbanas teriam nessas atividades “o caminho de socialização na cidade (...) o abrigo, a comida, a casa e a família, porta de entrada para o mercado de trabalho urbano, as mulheres iniciavam esse trabalho nas casas de família a título de “ajuda”” (pág. 6). A partir da análise dos dados da PNAD de 1985 e 1995 a autora chega à conclusão de que o serviço doméstico remunerado é a porta de entrada no mercado de trabalho urbano, já que a participação de mulheres de 10 a 17 anos no serviço doméstico remunerado passou de 17,23% em 1985 para 26,67% em 1995.

Em um trabalho seguinte, Melo (2000) analisa o perfil e as características dos trabalhadores domésticos nos grupos ocupacionais utilizando dados da PNAD para os anos de 1993 e 1998. A autora chega à conclusão a partir da análise das faixas etárias no período que o serviço doméstico não é mais apenas o primeiro emprego e sim uma opção de trabalho, pois a participação de mulheres domésticas de 25 a 49 anos passou de 47,97% em 1993 para 56,62% em 1998 em relação a todas as domésticas. Além disso, a autora constata que esta ocupação, em comparação com outras, apresenta o menor grau de formalização, os mais baixos rendimentos e maior jornada de trabalho.

O estudo especial sobre o “Emprego Doméstico na Grande São Paulo” elaborado pelo SEADE em 1988 mostra que a geração desse tipo de emprego tem relação mais direta com as necessidades e com a renda individual ou familiar dos trabalhadores, enquanto que no caso das demais atividades econômicas, dependem dos investimentos e/ou expansão das empresas. Haveria uma relação entre o emprego doméstico e os movimentos mais gerais da economia, de tal maneira que “parcela dos trabalhadores se desloca do emprego doméstico para o emprego em empresas no momento em que essas se ampliam. Além disso, a própria renda familiar, determinante imediato do emprego doméstico, é o resultado da inserção de um ou mais componentes da família nas atividades produtivas...” (op. cit. p. B-3).

Já em um estudo realizado a partir de informações do Estado do Ceará, Jacquet (2003) mostra que as domésticas participaram ativamente da formação da população urbana brasileira ao migrarem da zona rural para a zona urbana. A autora analisa os determinantes da emigração das domésticas em direção às cidades através de dados da população de trabalhadores domésticos de Fortaleza em 1991. Segundo a autora, o emprego doméstico constitui um canal de acesso e de estabelecimento na cidade, pois para 88% das domésticas entrevistadas em Fortaleza a migração aconteceu junto com o ingresso no mercado de trabalho doméstico. Além disso, a grande participação das migrantes nativas da zona rural (68,5%) se deve ao fato da migração das jovens (84% delas deixaram seu município com idades entre dez e dezenove anos) estar relacionado às aspirações de ascensão social. Isto estaria relacionado principalmente às transformações socioeconômicas ocorridas desde os anos 1950 na agricultura cearense que levaram à precariedade da condição e da posição do pequeno proprietário.

Por fim, Barros et al. (2000) fazem uma análise restrita ao trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil partir dos dados da PNAD de 1998 e investigam os fatores determinantes do trabalho doméstico infantil. Pelo lado da oferta os fatores poderiam ser classificados em dois

grupos: i) características pessoais e ii) características do ambiente familiar. Pelo lado da demanda dois fatores seriam fundamentais: i) atratividade do mercado de trabalho e ii) atratividade da escola. Para os autores, a análise do trabalho doméstico infantil no Brasil permite concluir que um ambiente mais rico e educado, representado pela renda domiciliar e o nível de escolaridade da mãe, reduz a probabilidade do trabalho infantil, inclusive nas atividades domésticas. Além disso, para crianças e jovens os resultados mostraram que o salário relativo local no serviço doméstico não influencia o emprego neste setor.

Além dos determinantes, os autores analisam as conseqüências de longo prazo do trabalho doméstico infantil, pois uma das principais preocupações dos autores é procurar saber qual o efeito do serviço doméstico exercido na infância sobre a escolaridade e a inserção futura das pessoas no mercado de trabalho. Com base nas informações da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), os autores estimam o impacto do trabalho infantil doméstico sobre a renda e a probabilidade de estar ocupado com as seguintes variáveis explicativas: escolaridade do indivíduo, a idade e um vetor de características pessoais. Os autores concluem que o fato do primeiro trabalho ter sido doméstico não afeta diretamente a probabilidade de estar ocupado, nem a renda dos ocupados posteriormente ao longo do ciclo de vida, mas afeta negativamente a escolaridade média atingida. Entretanto, a escolaridade é um fator significativo na explicação da renda dos ocupados, ou seja, indivíduos com maior escolaridade apresentam maior renda. Assim, o trabalho infantil em geral e o trabalho doméstico infantil em especial limitam a escolaridade atingida dos indivíduos e, por isso, afetam indiretamente a renda da ocupação desses indivíduos.

A maioria destes estudos se concentra em realizar análises descritivas da evolução deste setor nos últimos anos. Somente Barros et al. (2000) procura analisar os determinantes e as conseqüências de longo prazo do trabalho doméstico, no entanto, este trabalho limita-se ao trabalho doméstico infantil. Este trabalho visa contribuir para o entendimento da relação causal do ingresso no mercado de trabalho como doméstica sobre a condição de ocupação posteriormente.

3. Metodologia e base de dados

Para responder as questões formuladas na introdução utilizaremos o Método de Variáveis Instrumentais. Propõe-se o seguinte sistema de equações, composto pelas quatro equações abaixo:

1. $Y_i = \beta_1 X_i + \beta_2 E_i + \beta_3 ICT_i + \beta_4 EDPO_i + v_i$
2. $E_i = \delta X_i + \eta Z_i + v_i$.
3. $ICT_i = \phi X_i + \theta Z_i + o_i$.
4. $EDPO_i = \gamma X_i + \omega Z_i + \zeta_i$.

A primeira equação relaciona a probabilidade de ser trabalhadora doméstica (Y_i) em função da escolaridade (E_i), da idade em que começou a trabalhar (ICT_i), da primeira ocupação como empregada doméstica ($EDPO_i$) e de um vetor de atributos observados para o indivíduo i , X_i , que de acordo com a literatura são associados a Y : educação dos pais, idade, cor e região de nascimento. Já as três equações seguintes relacionam as variáveis E_i , ICT_i e $EDPO_i$ com o mesmo vetor de atributos X_i e o vetor de instrumentos Z_i .

Artigos existentes sobre o trabalho doméstico no Brasil realizam análise descritivas ou correlações parciais entre variáveis como, por exemplo, salário do emprego doméstico e anos de estudo. Além disso, em muitos casos é assumido que a direção da causalidade é conhecida e que, portanto, o erro v_i neste sistema de equações não estaria correlacionado com X_i , E_i , ICT_i e $EDPO_i$, ou seja, v_i , v_i , o_i e ζ_i são ortogonais a X_i . No entanto, é muito provável que a variável esteja correlacionada com o distúrbio aleatório não observado, o erro, na equação da probabilidade de ser doméstica. Isto pode ocorrer, por exemplo, devido ao viés de habilidade. Indivíduos com grande habilidade podem obter maior nível educacional e escolher melhores ocupações. Se isso ocorrer, o coeficiente estará superestimado, conforme descrito por Griliches e Mason (1972).

A decisão de trabalhar como empregada doméstica está provavelmente correlacionada como a decisão de educação e com a idade com que começou a trabalhar. Uma maior habilidade, por exemplo, também pode fazer com que as trabalhadoras decidam não trabalhar como empregada doméstica. Outro fator que pode fazer com que a variável explicativa esteja correlacionada com o distúrbio aleatório não observado é o erro de medida. Erros de medida induzem uma correlação negativa entre o erro da equação 1 e a escolaridade observada, fazendo com que o estimador fique subestimado.

Quando a variável explicativa é correlacionada com o erro, a estimação feita pelo Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) não é apropriada, pois este método supõe que a covariância desta variável com o erro seja zero. Neste caso, não seria possível estimar parâmetros de forma consistente e não viesada. Para resolver este problema e assim obter estimadores consistentes, Wooldridge (2002) propõe o uso do método de Variáveis Instrumentais. Neste método, a estimação dos efeitos da educação, da idade em que começou a trabalhar e do fato da primeira ocupação ter sido o trabalho doméstico são realizados incluindo um grupo de regressores Z_i que afetam as três variáveis citadas acima, mas não explica os a probabilidade de ser doméstica. Como condição para ser um instrumento, o grupo de regressores precisa ser suficientemente correlacionado com as variáveis explicativas E , ICT e $EDPO$ e não ser correlacionada com o erro da equação da probabilidade de ser doméstica. Formalmente, segundo Wooldridge (2002), é necessária uma matriz de variáveis instrumentais observáveis, Z_i , não incluída na equação que desejamos estimar, que satisfaça as seguintes condições de ortogonalidade:

i) $E(Z_i'v_i) = 0$, onde v_i é o erro da equação de rendimento. Ou seja, esta variável precisa ser exógena;

ii) Posto $E(Z_i'A_i) = K$, onde K é o número de colunas da matriz e A_i é o vetor $(E_i, ICT_i, EDPO_i)$. Ou seja, as colunas desta matriz precisam ser linearmente independentes.

A partir dos resultados da estimação poderemos obter os coeficientes de interesse que são: β_2, β_3 e β_4 . Estes coeficientes medem respectivamente o efeito marginal da educação, da idade em que começou a trabalhar e do fato do primeiro emprego ter sido trabalho doméstico sobre a probabilidade de ser doméstica.

Conforme ressalta Card (2001) a escolha das variáveis instrumentais nem sempre é trivial. Duflo (2001), Card (1993) e Cameron e Taber (2004) utilizam como instrumento para educação a proximidade de acesso à escola. Este instrumento é uma *proxy* dos custos diretos para educação. Já Cameron e Taber também usam como *proxy* para os custos de oportunidade o salário que prevalecia na região que o indivíduo morava na época de sua idade escolar.

Para o Brasil, Machado e Gonzaga (2006) utilizam o Método de Variáveis Instrumentais para estimar o efeito da renda familiar e do nível educacional dos pais sobre a probabilidade das crianças terem defasagem idade-série. Os instrumentos utilizados pelos autores foram: i) um instrumento institucional – a introdução da lei de diretrizes e bases da educação de 1971 que ampliou a escolaridade fundamental obrigatória de 4 para 8 anos; ii) média do total de escolas de cada estado quando os pais estavam em idade escolar (7 a 14 anos de idade), e iii) a diferença entre a escolaridade dos pais e dos avós.

Segundo Teixeira (2006) o número de escolas é uma variável importante para a escolarização das pessoas, pelo menos ao indivíduo que deseja ter mais de um ano de estudo e completar o ensino primário. Além disso, os estados com maior PIB apresentariam maior probabilidade de escolarização no que se refere à alfabetização e conclusão do ensino primário. O autor utiliza o número de escolas, a população e a participação do PIB estadual no PIB regional como instrumentos para calcular o retorno da educação em termos de rendimento.

A escolha dos instrumentos para este estudo foi baseada em Emerson e Souza (2006) que utilizam o número de escolas, número de professores e o PIB per capita como instrumentos para medir o efeito do trabalho infantil sobre os rendimentos do indivíduo quando adulto. Este estudo

utilizará os mesmos instrumentos. A seguir são apresentadas as razões e as características dos três instrumentos escolhidos.

3.1 Instrumentos

3.2.1 Oferta de escolas

A presença de um maior número de escolas no mesmo estado do indivíduo diminui o custo de ir à escola, pois o custo de se deslocar até a escola diminui e aumentam as chances do estudante morar em sua casa e ir à escola. Um menor custo da educação aumentaria os investimentos em educação, o que poderia retardar a entrada no mercado de trabalho e também diminuir as chances de ser empregado doméstico, pois o indivíduo poderia conseguir um emprego com uma melhor remuneração. A variação no custo da educação é exógena para a decisão do indivíduo e não deve ser correlacionada com a probabilidade de ser doméstica se o *background* familiar for controlado.

Para refletir a oferta de escolas em cada ano, foi utilizado o número de escolas por criança em idade escolar. A evolução do número de escolas por ano e por unidade da federação foi extraída das Séries Históricas do IBGE de 2003 e o número de crianças em idade escolar foi retirado dos Censos do IBGE. O Apêndice I apresenta a metodologia utilizada para utilização destas informações.

Figura 1. Número de escolas no por mil crianças (5 a 19 anos)

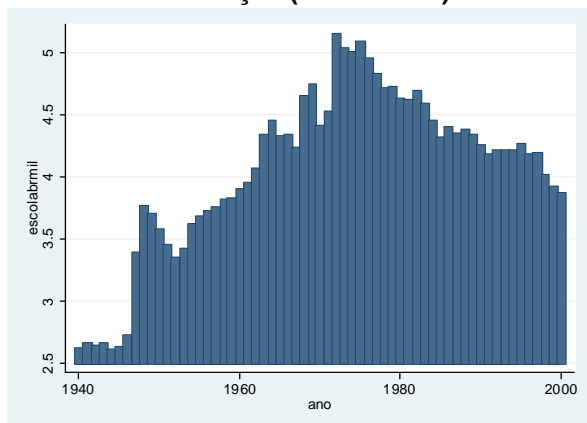
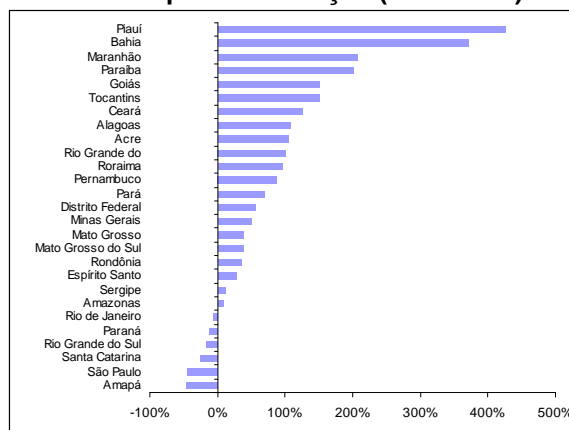


Figura 2. Crescimento do número de escolas por mil crianças (1940-2000)¹



Fonte: Séries históricas do Século XX e Censos do IBGE.

O número de escolas por crianças foi crescente até meados da década de 1970, passando de cerca de 2,5 escolas por mil crianças para 5,15 escolas por mil crianças em 1972. No entanto, após este período, o número de escolas por criança recuou para uma relação próxima de 4,0 em 2000.

Esta relação, no entanto, não apresentou uma regularidade entre os estados no período analisado. Por exemplo, enquanto o Piauí mais do que quadruplicou o número de escolas entre 1940 e 2000, há outros estados que tiveram queda no número de escolas por crianças. São Paulo, por exemplo, apresentou uma queda na relação de escolas por mil crianças de 44% no mesmo período.

3.1.2 Número de professores

O número de professores por escola é potencialmente uma variável exógena sobre o benefício e o custo de ir à escola e está relacionado à qualidade da escola. Um maior número de professores pode indicar um menor número de alunos por sala. Portanto, isto poderia estar relacionado à escolaridade dos alunos. Neste caso, dividimos o total de professores pelo total de escolas. A série de número de professores também foi retirada das Séries Históricas do IBGE.

¹ Para os estados de Rondônia, Roraima e Amapá as taxas foram calculadas a partir de 1950 e para o Distrito Federal foi calculado a partir de 1960.

Figura 3. Número de professores por escola

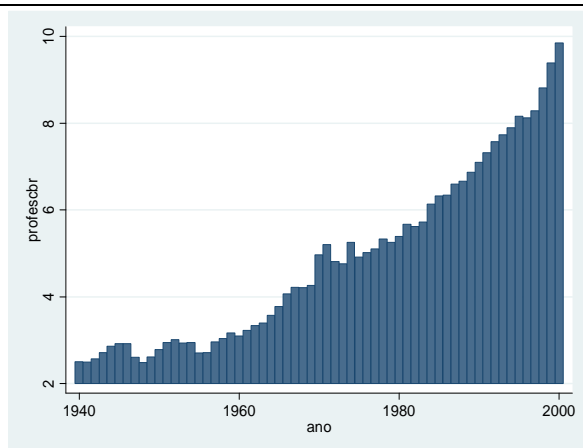
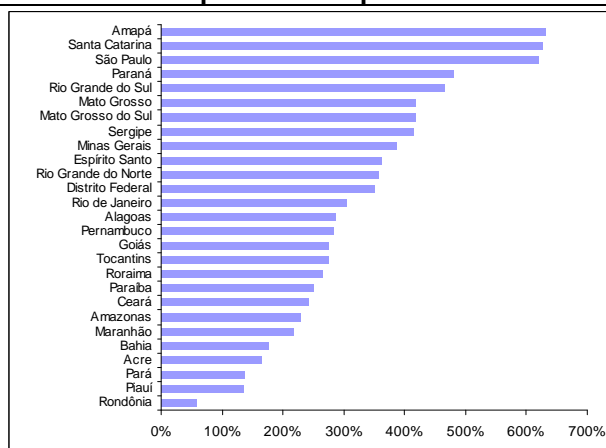


Figura 4. Taxa de crescimento do número de professores por escola²



Fonte: Séries históricas do IBGE. Elaboração da autora.

Podemos observar que durante 1940 e 2000, houve um aumento do número de professores por escola de 2,5 professores por escola no início do período para 9,85 professores por escola no final do período. Esta relação se manteve crescente em praticamente todos os estados. No entanto, as taxas de crescimento apresentaram bastante variação entre os Estados, como mostra a figura abaixo.

Em comparação com a evolução do número de escolas por criança, observa-se que estados que apresentaram um grande crescimento do número de escolas por criança, apresentaram um menor crescimento do número de professores por escola.

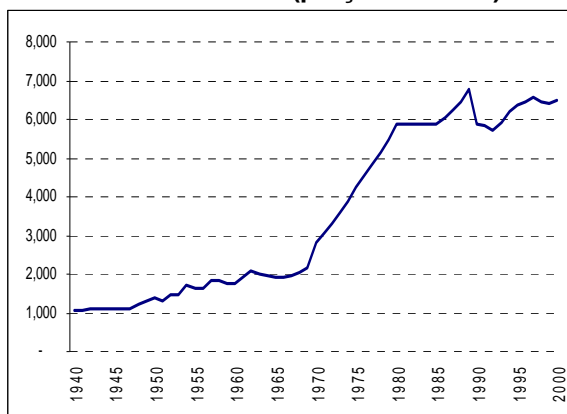
3.1.3 PIB per capita

Já o PIB per capita é utilizado como uma medida das condições do mercado de trabalho local, ou seja, do custo de oportunidade da trabalhadora. Esta medida foi escolhida devido a não existência de uma série de rendimentos para todo o período. Mudanças nas condições do mercado de trabalho são exógenas à decisão do indivíduo e são correlacionadas com a decisão de entrar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de sair da escola. Os dados de PIB por estado e por ano foram obtidos das séries históricas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Devido à inexistência de dados de PIB para alguns estados, para o cálculo do PIB per capita optou-se por agregar alguns estados da região Norte em duas sub-regiões de acordo com a proximidade de cada estado: i) Região I: Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia e ii) Região II: Amapá e Pará.

Já os dados de população por estado e por ano foram obtidos dos resultados dos Censos do IBGE. O Apêndice I apresenta os cálculos realizados para utilização das séries. Os gráficos abaixo apresentam a evolução do PIB per capita brasileiro entre 1940 e 2000 e as taxas de crescimento ao ano por estado.

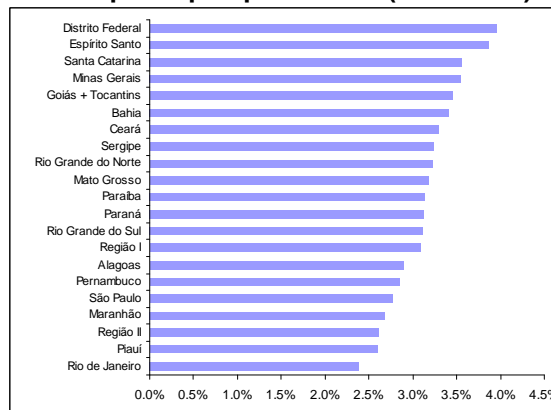
² Para os estados de Rondônia, Roraima e Amapá as taxas foram calculadas a partir de 1944 e para o Distrito Federal foi calculado a partir de 1960.

Figura 5. Evolução do PIB per capita – 1940 a 2000 (preços de 2000)



Fonte: Ipeadata e IBGE. Elaboração da autora.

Figura 6. Crescimento ao ano do PIB per capita por estado (1940-2000)



3.2 – Amostra selecionada

Os dados utilizados para o estudo são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996. Especificamente a pesquisa de 1996³ possui informações relacionadas a características referentes à mobilidade social de moradores de 15 anos ou mais de idade cuja condição no domicílio era pessoa de referência ou cônjuge.

Inicialmente, foram mulheres com 15 anos ou mais e que são chefes de família ou cônjuges, pois conforme dito, os dados de mobilidade social estão disponíveis apenas estas pessoas. Além disso, outra razão para incluir somente chefes de família ou cônjuges se deve ao fato de evitar algum viés em relação às domésticas que residem no local de trabalho, pois nestes casos a remuneração declarada na pesquisa pode não levar em conta as remunerações indiretas que a trabalhadora recebe (ex: gastos com água, luz, etc.).

Para evitar um possível viés de seleção na decisão de participar do mercado de trabalho e obter uma amostra onde a mulher trabalhadora já tenha tido algum tempo de experiência, a amostra foi restringida para mulheres entre 25 e 55 anos. Por fim, restringiu-se a amostra para aquelas mulheres trabalhadoras que começaram a trabalhar entre 7 e 25 anos e que tenham as informações de características observáveis válidas. A tabela abaixo mostra o número de observações da amostra cada vez que um critério é incluído.

Tabela 1. Número de observações da amostra

Amostra	Número de observações	Porcentagem do total de mulheres
Total de mulheres	170.289	100,0%
Mulheres nascidas no Brasil	169.683	99,6%
Mulheres chefes de família ou cônjuges com mais de 15 anos	78.171	45,9%
Mulheres de 25 a 55 anos	54.898	32,2%
Mulheres ativas no ano	35.560	20,9%
Mulheres ocupadas no ano	33.659	19,8%
Mulheres com informação de ocupação atual	30.499	17,9%
Mulheres com informação de primeira ocupação	18.725	11,0%
Mulheres com informação de escolaridade	18.718	11,0%
Mulheres que iniciaram a trabalhar entre 7 e 25 anos	18.078	10,6%

Fonte: PNAD 1996. Elaboração da autora.

4. Análise descritiva

³ As pesquisas de 1988 também possuem estas informações.

A análise das informações sobre primeiro emprego das trabalhadoras brasileiras mostra que as trabalhadoras que entraram no mercado de trabalho como domésticas são o segundo maior grupo com 22%, sendo o maior grupo formado pelas trabalhadoras empregadas com 52,3%. Além destes dois grupos, destaca-se também a participação das trabalhadoras não remuneradas membros da unidade domiciliar como terceiro maior grupo (18,9%).

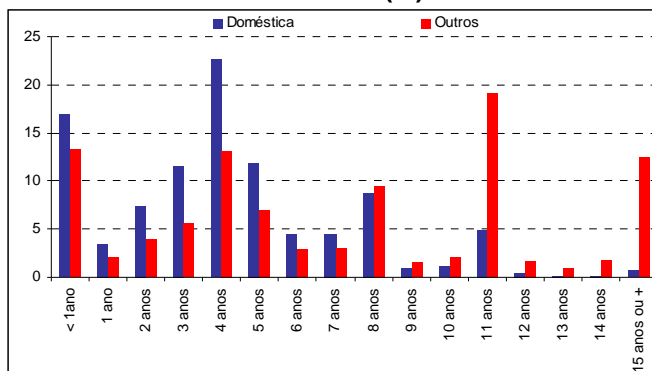
Tabela 2. Número de observações segundo posição na ocupação

Posição na primeira ocupação	Código	Observações	Participação (%)	Participação acumulada (%)
Empregado	1	9.463	52,35	52,35
Trabalhador doméstico	2	4.065	22,49	74,83
Conta-própria	3	739	4,09	78,92
Empregador	4	65	0,36	79,28
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	5	3.421	18,92	98,2
Outro trabalhador não remunerado	6	76	0,42	98,62
Trabalhador na produção para o próprio consumo	7	242	1,34	99,96
Não aplicável	9	7	0,04	100
Total		18.078	100	

Fonte: PNAD 1996.

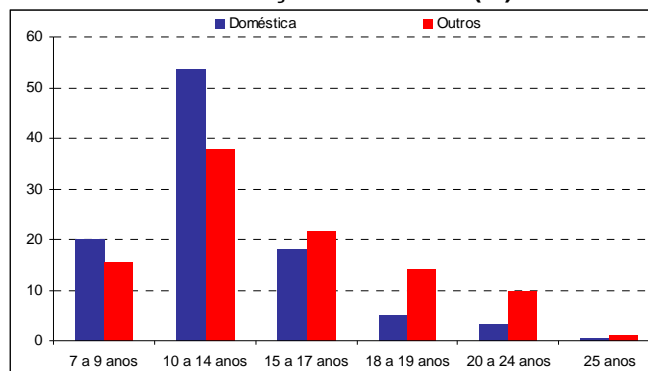
Além disso, as trabalhadoras que começaram como doméstica possuem menos anos de estudo e iniciaram a trabalhar mais cedo em comparação com trabalhadoras que entraram no mercado de trabalho com outra ocupação. A entrada precoce no mercado de trabalho pode ter impedido a criança de obter maior escolaridade. Ou, inversamente, já que as crianças decidiram não continuar os seus estudos, elas entram no mercado de trabalho com uma profissão que não exige um alto grau de escolaridade.

Figura 7. Proporção de pessoas por anos de estudo (%)



Fonte: PNAD 1996.

Figura 8. Proporção de pessoas idade em que começou a trabalhar (%)



Quanto à ocupação atual das trabalhadoras, os dados da PNAD para a posição na ocupação no trabalho principal no ano possuem uma abertura maior em comparação com as informações da primeira ocupação. As ocupações em relação ao serviço doméstico são classificadas em três categorias: i) com carteira, ii) sem carteira e iii) sem declaração. As trabalhadoras domésticas (com carteira, sem carteira e sem declaração) que possuem de 25 a 55 anos representaram a terceira maior posição na ocupação das trabalhadoras (16%) em 1996, sendo a primeira posição ocupada pelas empregadas com carteira (25,6%), seguido das trabalhadoras por conta-própria (19,3%).

Tabela 3. Posição na ocupação no trabalho principal no ano

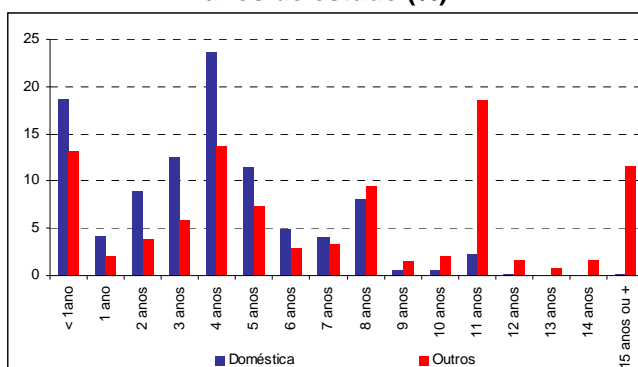
Posição na ocupação atual	Código	Observações	Participação (%)	Participação acumulada (%)
Empregado com carteira	1	4,632	25,62	25,62
Militar	2	1	0,01	25,63

Posição na ocupação atual	Código	Observações	Participação (%)	Participação acumulada (%)
Funcionário público estatutário	3	2,192	12.13	37.75
Outros empregados com carteira	4	1,670	9.24	46.99
Empregados sem declaração de carteira	5	2	0.01	47
Trabalhador doméstico com carteira	6	743	4.11	51.11
Trabalhador doméstico sem carteira	7	2,157	11.93	63.04
Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	8	1	0.01	63.05
Conta-própria	9	3,481	19.26	82.3
Empregador	10	612	3.39	85.69
Trabalhador na produção para o próprio consumo	11	1,157	6.4	92.09
Trabalhador na construção para o próprio consumo	12	25	0.14	92.23
Não remunerado	13	1,392	7.7	99.93
Sem declaração	14	13	0.07	100
Total		18,078	100	

Fonte: PNAD 1996.

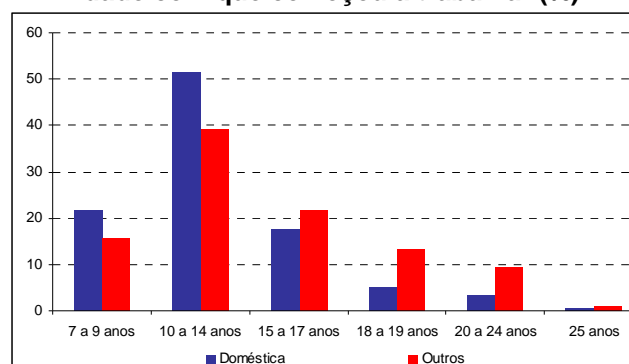
A análise do perfil das empregadas domésticas em 1996 em comparação com o restante das trabalhadoras brasileiras mostra que a situação deste grupo de trabalhadores é bastante diferente quando são comparadas características como anos de estudo e idade em que começou a trabalhar, mas muito próxima às características das mulheres que tiveram o serviço doméstico como primeira ocupação. O número de anos de estudos das domésticas também é muito baixo e se concentra nos primeiros anos do primário.

Figura 9. Proporção de trabalhadoras por anos de estudo (%)



Fonte: PNAD 1996.

Figura 10. Proporção de trabalhadoras por idade com que começou a trabalhar (%)



Por fim, a análise do grau de mobilidade ocupacional das trabalhadoras é medida comparando a primeira ocupação de uma trabalhadora e sua ocupação em 1996. Em 1996 cerca de 40% das trabalhadoras que começaram como doméstica continuavam na mesma ocupação. Já entre as trabalhadoras que não começaram como doméstica apenas 9% eram domésticas em 1996.

Tabela 4. Primeira ocupação x Ocupação atual como doméstica

Primeira ocupação como doméstica	Doméstica em 1996		Total
	Não	Sim	
Não	12.739	1.274	14.013
	90,91	9,09	100,00
	83,94	43,92	77,51
Sim	2.438	1.627	4.065
	59,98	40,02	100,00
	16,06	56,08	22,49
Total	15.177	2.901	18.078
	83,95	16,05	100,00
	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD 1996.

A probabilidade de ter a ocupação de doméstica, portanto, é cerca de quatro vezes maior para uma pessoa que teve sua primeira ocupação o trabalho doméstico em comparação com que não começou como trabalhadora doméstica. A diferença é de aproximadamente 30 pontos percentuais.

5. Resultados das estimações

Para responder às questões apresentadas na introdução, foram criadas duas variáveis *dummies*. A primeira variável é igual a um se a pessoa foi classificada como trabalhadora doméstica na categoria “posição na ocupação” no primeiro emprego e zero caso contrário. Já a segunda possui valor um se a pessoa foi classificada como trabalhadora doméstica na categoria “posição na ocupação” no emprego atual e zero caso contrário.

Foram realizados dois métodos de estimação: o Método de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS) e o Método de Variáveis Instrumentais conforme apresentado na Seção 3. Conforme apresentado anteriormente, supõe-se que os instrumentos sejam correlacionados com as variáveis endógenas (entrada no mercado de trabalho como doméstica, idade com que a pessoa começa a trabalhar e escolaridade), mas não correlacionadas com a decisão em relação à ocupação das trabalhadoras.

Utilizou-se os seguintes instrumentos: i) número de escolas por criança em idade escolar quando a criança tinha 14 anos; ii) número de professores por escola quando a criança tinha 14 anos; iii) pib per capita quando a criança tinha 12 anos; iv) interação entre o número de escolas por criança em idade escolar com uma variável *dummy* de analfabetismo do pai e v) interação entre o número de professores por escola com uma variável *dummy* de analfabetismo do pai.

A escolha dos instrumentos relacionados ao número de escolas e número de professores quando a criança tinha 14 anos se devem ao fato de representar os custos diretos de continuar os estudos após o ensino secundário ou o primeiro grau. Já como o PIB per capita é utilizado como uma medida do mercado de trabalho, ou seja, dos custos de oportunidade. Para cada trabalhadora, é utilizado o valor do PIB per capita quando a trabalhadora tinha idade de 12 anos, pois esta era a idade mínima com que se podia trabalhar até 1988. Adicionalmente, foram incluídas duas variáveis de interação, pois supõe-se que o efeito do aumento de escolas e de professores é maior para crianças cujos pais são analfabetos.

5.1 Método de Mínimos Quadrados Ordinários

O resultado da estimação dos determinantes da primeira equação mostram que quanto maior o número de anos de estudo, maior a idade com que a pessoa começa a trabalhar e maior a idade, menor a probabilidade de ter o primeiro emprego como trabalhadora doméstica. Esta probabilidade também é menor para pessoas brancas e para pessoas cujos pais têm maiores anos de escolaridade.

Os maiores efeitos encontrados foram nas características de cor ou raça e da educação dos pais. Ser branca ou amarela diminui em 10 pontos percentuais a probabilidade de ter como primeiro emprego o trabalho doméstico. Já pessoas cujos pais são mais educados possuem uma probabilidade menor em comparação com pais analfabetos. A probabilidade de iniciar como doméstica diminui em média 1,5% a cada ano de estudo adicional. No caso da idade com que começou a trabalhar e a idade, as reduções são menores, de 0,2% e 0,4%, respectivamente, para cada ano adicional. Por fim, em comparação com a região Norte, a probabilidade de iniciar como doméstica é maior nas regiões Sudeste e Centro Oeste.

Já o resultado da estimação da probabilidade de possuir a ocupação de doméstica mostra que o fato de ter tido a primeira ocupação como trabalhadora doméstica aumenta em 24 pontos percentuais a probabilidade de continuar nesta mesma ocupação quando não são considerados potenciais vieses de endogeneidade na estimação.

Conforme esperado, a escolaridade tem um efeito negativo sobre a probabilidade de trabalhar como doméstica. Um ano adicional de estudo diminuiria em 1,3% esta probabilidade. Este efeito negativo também é observado para trabalhadoras mais velhas e para brancas ou amarelas.

Nesses casos, no entanto, o efeito é menor, de 0,2% para um ano adicional e 0,3 pontos percentuais para o fato de ser branca ou amarela. Quanto à educação dos pais, da mesma forma como foi observado para a primeira ocupação, maior número de anos de estudo afeta negativamente a probabilidade de ser doméstica. Por fim, em relação às regiões, em comparação com a região Norte, as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste apresentam uma probabilidade maior de ser doméstica.

Tabela 5. Determinantes do primeiro emprego como doméstica e da ocupação atual

Variável dependente:	Primeiro emprego como trabalhadora doméstica		Ter a ocupação de doméstica hoje	
	Coefficiente	Desvio Padrão	Coefficiente	Desvio Padrão
Primeira ocupação doméstica	-	-	0.248 ***	0.009
Anos de estudo	-0.015 ***	0.001	-0.013 ***	0.001
Idade com que começou a trabalhar	-0.002 ***	0.001	0.001	0.001
Idade	-0.004 ***	0	-0.002 ***	0
Ser branca ou amarela	-0.102 ***	0.008	-0.031 ***	0.006
Pai com Ensino Elementar incompleto	-0.021 **	0.01	-0.018 **	0.008
Pai com Ensino Elementar completo	-0.053 ***	0.011	-0.024 ***	0.008
Pai com Ensino Médio 1o ciclo incompleto	-0.033 *	0.019	-0.036 ***	0.013
Pai com Ensino Médio 1o ciclo completo	-0.057 ***	0.015	-0.016	0.012
Pai com Ensino Médio 2o ciclo incompleto	-0.044 *	0.023	-0.004	0.02
Pai com Ensino Médio 2o ciclo completo	-0.066 ***	0.013	-0.02 **	0.009
Pai com Ensino Superior incompleto	-0.021	0.037	-0.043 ***	0.015
Pai com Ensino Superior completo	-0.061 ***	0.014	-0.02 **	0.009
Pai com Mestrado ou doutorado completo	-0.04	0.046	-0.041	0.026
Pai não sabe informar / Ignorado	0.01	0.014	-0.006	0.011
Sem informação de escolaridade do pai	0.075 ***	0.018	0.021	0.015
Mãe com Ensino Elementar incompleto	-0.029 ***	0.009	-0.023 ***	0.008
Mãe com Ensino Elementar completo	-0.074 ***	0.01	-0.035 ***	0.008
Mãe com Ensino Médio 1o ciclo incompleto	-0.078 ***	0.018	-0.038 ***	0.012
Mãe com Ensino Médio 1o ciclo completo	-0.096 ***	0.013	-0.042 ***	0.011
Mãe com Ensino Médio 2o ciclo incompleto	-0.069 ***	0.021	-0.036 ***	0.013
Mãe com Ensino Médio 2o ciclo completo	-0.087 ***	0.013	-0.036 ***	0.009
Mãe com Ensino Superior incompleto	-0.088 ***	0.021	-0.025	0.016
Mãe com Ensino Superior completo	-0.092 ***	0.016	-0.041 ***	0.011
Mãe com Mestrado ou doutorado completo	-0.184 ***	0.047	-0.056 **	0.027
Mãe não sabe informar / Ignorado	-0.051 ***	0.014	0.012	0.012
Sem informação de escolaridade da mãe	0.068 ***	0.021	0.035 *	0.018
Nordeste	-0.093 ***	0.016	-0.023 **	0.011
Sudeste	0.04 ***	0.015	0.064 ***	0.012
Sul	0	0.016	0.055 ***	0.012
Centro-Oeste	0.075 ***	0.017	0.028 **	0.013
Constante	0.625 ***	0.025	0.263 ***	0.021
	Obs:	18078	Obs:	18078
	F(30, 753)	94.8	F(31, 753)	87.76
	Prob > F	0	Prob > F	0
	R-squared	0.1196	R ²	0.1676
	Root MSE	0.39207	Root MSE	0.33517

*** p-valor <= 1%, ** p-valor entre 1% e 5%, * p-valor > 5% e <=10%.

5.2 Método de Variáveis Instrumentais

Os resultados utilizando o Método de Variáveis Instrumentais também mostram que a idade, o fato de ser branca e a escolaridade dos pais tem um efeito negativo na probabilidade de ter a primeira ocupação como trabalhadora doméstica. Quanto aos instrumentos, o número de escolas por criança em idade escolar, de professores por escola e do PIB per capita também afetam negativamente a probabilidade de começar como trabalhadora doméstica. Melhores condições em

relação ao ambiente que a trabalhadora vive e que são independentes de suas preferências, portanto, teriam um efeito positivo em fazer com que as trabalhadoras comecem com outro tipo de ocupação. Além disso, o instrumento de interação entre o número de professores por escola e a educação do pai mostra que este efeito seria maior para pessoas cujos pais são analfabetos. Já o instrumento de interação entre a escola e a educação do pai mostrou um efeito negativo, porém estatisticamente não significativo.

No caso da escolaridade das trabalhadoras, a educação dos pais e o fato de ser branca afetam positivamente a escolaridade das trabalhadoras. Já quanto maior a idade da trabalhadora menor é a sua escolaridade. Quanto aos instrumentos, todos mostraram afetar positivamente a escolaridade das trabalhadoras brasileiras, com exceção do PIB per capita. No entanto, esta última variável não se mostrou estatisticamente significativa.

Por fim a idade com que a trabalhadora começa a trabalhar é afetada positivamente pelo fato de ser branca e quanto maior for a escolaridade dos pais. Já a variável idade mostra que as pessoas mais velhas começaram a trabalhar mais cedo. No caso dos instrumentos, os instrumentos relacionados às escolas e professores afetam positivamente a idade com que a pessoa começa a trabalhar. Já no caso do PIB per capita, utilizado como uma medida do mercado de trabalho, mostra que quanto melhor forem as condições do mercado de trabalho, mais cedo a trabalhadora começa a trabalhar.

Tabela 6. Primeiro estágio para estudo da mobilidade ocupacional

Variável dependente:	Primeira ocupação como doméstica		Escolaridade		Idade com que começou a trabalhar	
	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão
Idade	-0.004 ***	0.001	-0.018 ***	0.007	-0.015 **	0.006
Ser branca	-0.115 ***	0.008	1.098 ***	0.071	0.477 ***	0.069
Pai com Ensino Elementar incompleto	-0.009	0.037	2.844 ***	0.338	1.408 ***	0.305
Pai com Ensino Elementar completo	-0.055	0.036	3.837 ***	0.338	2.173 ***	0.313
Pai com Ensino Médio 1o ciclo incompleto	-0.038	0.041	3.935 ***	0.403	2.400 ***	0.348
Pai com Ensino Médio 1o ciclo completo	-0.084 **	0.039	5.172 ***	0.391	3.192 ***	0.349
Pai com Ensino Médio 2o ciclo incompleto	-0.067	0.043	4.674 ***	0.539	3.059 ***	0.425
Pai com Ensino Médio 2o ciclo completo	-0.101 ***	0.037	5.558 ***	0.378	3.631 ***	0.354
Pai com Ensino Superior incompleto	-0.054	0.051	5.690 ***	0.651	2.906 ***	0.562
Pai com Ensino Superior completo	-0.098 ***	0.037	5.854 ***	0.425	4.327 ***	0.364
Pai com Mestrado ou doutorado completo	-0.039	0.066	4.903 ***	1.132	3.314 ***	0.699
Pai não sabe informar / Ignorado	0.027	0.037	2.332 ***	0.341	1.302 ***	0.313
Sem informação de escolaridade do pai	0.102 ***	0.038	1.990 ***	0.336	1.318 ***	0.322
Mãe com Ensino Elementar incompleto	-0.056 ***	0.009	1.527 ***	0.085	0.962 ***	0.081
Mãe com Ensino Elementar completo	-0.123 ***	0.010	2.855 ***	0.107	1.770 ***	0.101
Mãe com Ensino Médio 1o ciclo incompleto	-0.137 ***	0.018	3.315 ***	0.210	2.269 ***	0.183
Mãe com Ensino Médio 1o ciclo completo	-0.159 ***	0.013	3.668 ***	0.210	2.526 ***	0.154
Mãe com Ensino Médio 2o ciclo incompleto	-0.156 ***	0.022	4.844 ***	0.343	3.648 ***	0.269
Mãe com Ensino Médio 2o ciclo completo	-0.159 ***	0.013	4.136 ***	0.205	2.983 ***	0.158
Mãe com Ensino Superior incompleto	-0.187 ***	0.018	4.953 ***	0.860	3.313 ***	0.537
Mãe com Ensino Superior completo	-0.165 ***	0.015	4.293 ***	0.350	3.388 ***	0.239
Mãe com Mestrado ou doutorado completo	-0.221 ***	0.033	2.650	2.174	1.225 *	0.640
Mãe não sabe informar / Ignorado	-0.073 ***	0.014	1.101 ***	0.135	1.050 ***	0.130
Sem informação de escolaridade da mãe	0.067 ***	0.021	0.006	0.140	0.689 ***	0.170
Nordeste	-0.074 ***	0.017	-0.127	0.169	-0.283 *	0.167
Sudeste	0.035 **	0.017	-0.262	0.174	-1.321 ***	0.164
Sul	0.029	0.018	-0.931 ***	0.184	-1.679 ***	0.175
Centro-Oeste	0.092 ***	0.020	0.084	0.202	-1.710 ***	0.186
Número de escola aos 14 anos	-0.008 **	0.003	0.085 **	0.041	0.044	0.035
Número de professores aos 14 anos	-0.003	0.002	0.064 ***	0.022	0.152 ***	0.020
PIB per capita aos 12 anos	-0.006 **	0.003	-0.025	0.035	-0.107 ***	0.033
Interação escola e educação do pai	-0.002	0.005	0.123 **	0.048	0.085 *	0.044
Interação professores e educação do pai	0.010 ***	0.003	0.169 ***	0.025	0.050 **	0.022

Variável dependente:	Primeira ocupação como doméstica		Escolaridade		Idade com que começou a trabalhar	
	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão
Constante	0.589 ***	0.047	3.064 ***	0.488	11.910 ***	0.453
Obs:		18078		18078		18078
F (33, 753)		93.49		192.37		176,53
Prob > F		0.000		0		0
Centered R2		0.096		0.3229		0.1956
Uncentered R2		0.299		0.8105		0.9331
Root MSE		0.397		3.9		3.7
Partial R-squared of excluded instruments:		0.002		0.0047		0.0055
Test of excluded instruments: F (5,753)		6.30		16.54		15.65
Prob > F		0		0		0

*** p-valor <= 1%, ** p-valor entre 1% e 5%, * p-valor > 5% e <=10%.

Tabela 7. Segundo estágio do estudo de mobilidade ocupacional

Ter a ocupação de doméstica	Coef.	Desvio padrão	Ter a ocupação de doméstica	Coef.	Desvio padrão
Primeira ocupação doméstica	0.652 ***	0.198	Mãe com Ens. Sup. incompleto	0.003	0.079
Escolaridade	-0.019	0.018	Mãe com Ens. Sup. completo	-0.025	0.065
Idade com que começou a trabalhar	0.024	0.016	Mãe com Mestr. ou doutorado completo	0.019	0.082
Idade	0.000	0.001	Mãe não sabe informar / Ignorado	0.022	0.023
Ser branca	0.018	0.033	Sem inform. de esc. da mãe	-0.007	0.030
Pai com Ens. Elem. incompleto	-0.007	0.025	Nordeste	0.026	0.022
Pai com Ens. Elem. completo	-0.004	0.039	Sudeste	0.062 ***	0.018
Pai com 1o ciclo incompleto	-0.029	0.038	Sul	0.076 ***	0.021
Pai com 1o ciclo completo	-0.001	0.057	Centro-Oeste	0.024 ***	0.029
Pai com 2o ciclo incompleto	0.003	0.050	_cons	-0.213	0.214
Pai com 2o ciclo completo	-0.006	0.061	Obs:		18078
Pai com Ens. Sup. Incompleto	-0.029	0.068	F(31, 748)		1.93
Pai com Ens. Sup. Completo	-0.020	0.061	Prob > F		0.0019
Pai com Mestr. ou doutorado completo	-0.042	0.064	Centered R2		-0.069
Pai não sabe informar / Ignorado	-0.012	0.017	Uncentered R2		0.1025
Sem inform. de esc. do pai	-0.015	0.022	Root MSE		0.38
Mãe com Ens. Elem. incompleto	-0.012	0.026	Hansen J statistic (overidentification test of all instruments):		1.757
Mãe com Ens. Elem. completo	-0.007	0.048	Chi-sq(2) P-val =		0.41545
Mãe com 1o ciclo incompleto	-0.015	0.054	*** p-valor <= 1%, ** p-valor entre 1% e 5%, * p-valor > 5% e <=10%.		
Mãe com 1o ciclo completo	-0.012	0.061			
Mãe com 2o ciclo incompleto	-0.027	0.071			
Mãe com 2o ciclo completo	-0.014	0.064			

O resultado do segundo estágio mostra que o fato de ter tido o primeiro emprego como doméstica afeta positivamente a probabilidade de ser trabalhadora doméstica hoje. Tal fato aumenta em 65 pontos percentuais a probabilidade de ser trabalhadora doméstica. Há um efeito maior, portanto, que o obtido com o Método de Mínimos Quadrados. Quanto aos efeitos das variáveis observáveis como escolaridade, cor ou raça, educação dos pais, todas não se mostraram estatisticamente significantes. Apenas as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste mostraram ter maior probabilidade em relação à região Norte.

Testes de Robustez

Como forma de avaliar a robustez do resultado foram realizadas três estimações com diferentes especificações: i) migração como variável endógena, ii) PIB per capita aos 25 anos como variável de controle e iii) ambas as variáveis anteriores.

No primeiro caso, a migração pode estar relacionada com o fato de iniciar a trabalhar como doméstica e, portanto, pode ser também considerada uma variável endógena. Foi criada uma variável *dummy* que identifica se a trabalhadora atualmente mora no mesmo estado em que nasceu.

A variável recebeu valor igual a um para uma resposta negativa e zero caso contrário. O resultado, apresentado no Anexo II, mostra que neste caso o efeito do primeiro emprego também se mostra positivo em relação ao fato de ser trabalhadora doméstica hoje. Este efeito, no entanto, se mostrou muito maior neste caso (92 pontos percentuais).

Na segunda especificação foi incluída como controle a variável PIB per capita aos 25 anos. A razão para inclusão desta variável se deve ao fato da inclusão como instrumento o PIB per capita aos 12 anos. Caso o PIB per capita aos 12 anos tenha um efeito que perdura no tempo, a inclusão do PIB per capita aos 25 anos serve para controlar este efeito. O resultado da estimação também mostra um efeito positivo e estatisticamente significativo do primeiro emprego sobre o emprego atual. Neste caso o efeito estimado foi de 75 pontos percentuais. Por fim, a terceira estimação foi realizada com a inclusão das duas variáveis: variável *dummy* de migração e PIB per capita aos 25 anos. O resultado estimou um efeito de 81 pontos percentuais da primeira ocupação como trabalhadora doméstica sobre a probabilidade de ser doméstica hoje.

Pode-se concluir, portanto, que o fato de ter tido como primeiro emprego o trabalho doméstico afeta positivamente a probabilidade de ser trabalhadora doméstica hoje. Há, neste caso, uma baixa mobilidade das trabalhadoras domésticas.

6. Conclusão

O objetivo do trabalho foi examinar como o efeito do primeiro emprego como empregada doméstica afeta as trabalhadoras na escolha futura de suas ocupações. Conforme apresentado, trabalho doméstico é a maior ocupação das trabalhadoras brasileiras, com 17,9% da população ocupada feminina empregada neste serviço. São mais de 6 milhões de trabalhadoras.

A análise das informações da PNAD de 1996 mostrou que a escolaridade, a idade com que a pessoa começa a trabalhar, a escolaridade dos pais e o fato de ser branca ou amarela afeta negativamente a probabilidade de começar como doméstica. Isto pode ser verificado tanto através da estimação por mínimos quadrados como através da utilização de instrumentos (primeiro estágio do método de variáveis instrumentais).

O fato de ter tido a primeira ocupação como doméstica também mostrou afetar positivamente o trabalho atual da trabalhadora como doméstica. Enquanto a análise descritiva dos dados mostrou que a probabilidade de uma pessoa continuar como doméstica é trinta pontos percentuais maior do que uma pessoa que começou com outra ocupação, a estimação por Mínimos Quadrados Ordinários mostrou um efeito um pouco menor, vinte e quatro pontos percentuais. Já o efeito estimado pelo método de Variáveis Instrumentais é três vezes maior que o estimado pelo Método de Mínimos Quadrados. Estes resultados sugerem uma imobilidade ocupacional onde a escolha de inserção como empregada doméstica pode levar a uma armadilha de ocupação.

Bibliografia

Barros. R. P.; Mendonça. R.; Deliberalli. P. P.; Bahia. M. O trabalho infanto-juvenil no Brasil. Rio de Janeiro. OIT/IPEA. 2000.

Cameron. S. V.; Taber. C. Estimation of educational borrowing constraints using returns to schooling. *Journal of Political Economy*, vol. 112, 2004.

Card. D. Estimating the return to schooling: progress on some persistent econometric problems. *Econometrica*, vol. 69, número 5, Setembro. 2001.

Card. D. Using geographic variation in college proximity to estimate return to schooling. *Working Paper N. 4483*. National Bureau of Economic Research. Outubro, 1993.

Duflo. E. Schooling and labor market consequences of school construction in Indonesia: Evidence from an unusual policy experiment. *American Economic Review*. Setembro, 2001.

Fundação SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo, n. 45, setembro de 1988.

Greene. W. H. *Econometric Analysis*. Prentice Hall, 5ª edição, 2002.

Griliches. Z.; Mason. W.M. Education. Income and Ability. *The Journal of Political Economy*, Vol. 80, N. 03, Parte 2: Investment in Education: The Equity-Efficiency Quandary (Maio-Junho 1972), páginas S74 a S103.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas do Século XX*.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Site: www.ipea.gov.br.

Jacquet. C. Urbanização e emprego Doméstico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 18. número 52. junho de 2003.

Lei número 5.859 de 11 de dezembro de 1972. Disponível em <http://www.senado.gov.br>.

Lei número 10.208 de 23 de março de 2001. Disponível em <http://www.senado.gov.br>.

Machado. D. C; Gonzaga. G. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. Artigo apresentado no XXVIII Encontro Brasileiro de Econometria da Sociedade Brasileira de Econometria em 2006.

Melo. H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Texto para discussão n 565*. IPEA. 1998.

Melo. H. P. de. *Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino – uma análise dos grupos ocupacionais*. Rio de Janeiro: OIT/IPEA. 2000.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações*. – 2. ed. – Brasília: MTE. SIT. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/trabdomestico/conteudo/cartilha.pdf>.

Morais. L. P. Mercado de Trabalho e os Serviços Pessoais e Domiciliares no Brasil Contemporâneo: modernização ou volta ao passado? Menção Honrosa no Concurso de Monografias. Prêmio IPEA-CAIXA. 2005.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Mais trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil*. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/download/trabalho_domestico_25_04_2008.pdf.

Pastore. J.; do Valle Silva. N. *Mobilidade Social no Brasil*. Makron Books. São Paulo. 2000.

Ribeiro Filho. C. A. C. *Mobilidade social e estrutura ocupacional: desigualdade de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro (1973 a 1996)*. Segundo lugar no Concurso de Monografias. Prêmio IPEA-CAIXA. 2005.

Romanelli. O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Editora Vozes. Petrópolis. Segunda Edição. 1980.

Souza. A.P; Emerson. P.M. *Is Child Labor Harmful? The Impact of Working Earlier in Life on Adult Earnings*. 2006.

Teixeira. W. M. *Equações de rendimentos e a utilização de instrumentos para o problema de endogeneidade da educação*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia. Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2006.

Wooldridge. J. M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge MA. MIT Press. 2002.

Anexo 1: Nota sobre a utilização dos dados do IBGE

Estatísticas do Século XX

A publicação “Estatísticas do Século XX” do IBGE possui informações populacionais, sociais, políticas, culturais e econômicas, publicadas ao longo do século XX e produzidas pelo IBGE e outros órgãos públicos⁴. Para este estudo utilizamos os seguintes dados referentes à educação: i) número de escolas e ii) número de professores. Estas informações estão disponíveis para o período de 1908 a 2000. Cabe ressaltar, no entanto, que não há uma regularidade em relação à abertura destas informações. Desta forma, foi necessário realizar um ajuste na série apresentado a seguir.

⁴ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>.

Para o período entre 1963 e 1966 há informações sobre número de escolas e número de cursos por unidade da federação. Já para o período entre 1967 e 1977 não estão disponíveis o número de escolas. Há somente número de cursos. Desta forma, para este período optamos por estimar o número de escolas. Como para o período entre 1963 e 1966 há ambas as informações, foi calculada a razão média entre número de cursos e número de estabelecimentos neste período. Esta média foi aplicada para o período de 1967 e 1977 para obter o número de escolas na Unidade da Federação. Foi considerado somente o número inteiro calculado. Para os casos em que o número de cursos foi menor que a razão média calculada anteriormente, para que o valor final de unidades escolares não fosse zero foi considerado o número de cursos como sendo o número de unidades escolares. (o número de escolas não pode ser zero quando o número de cursos não é zero).

Dados populacionais

Para o cálculo dos instrumentos número de escolas por criança em idade escolar e pib per capita foi utilizado as estimativas de população apresentados nos diversos Censos publicados pelo IBGE. As informações sobre população também constam nas “Estatísticas do Século XX”, no entanto, optou-se por não utilizar esses dados, pois a séries apresentam muita divergência em relação aos números apresentados pelo Censo. Como o Censo é realizado geralmente uma vez a cada 10 anos, foi necessário criar uma série anual da população por estado. Esta série foi criada a partir do cálculo da taxa anual de crescimento geométrica entre os períodos em que há informações do Censo e esta taxa foi aplicada para a obtenção dos dados anuais.

Estados

Durante do século XX vários estados foram criados ou incorporados a outros no Brasil. Para que fosse possível compatibilizar os dados históricos foi preciso agrupar alguns estados. Os Estados que não existem mais e que foram incorporados a outros são: i) Território do Iguazu que foi incorporado ao Paraná; ii) Território de Ponta-Porã que foi incorporado ao Mato Grosso e iii) Guanabara que foi incorporado ao Rio de Janeiro. Já os Estados criados a partir da divisão de outros estados, estes foram agrupados ao estado de origem. Desta forma, o Mato Grosso do Sul foi incorporado ao Mato Grosso e o Tocantins foi incorporado ao estado de Goiás.

Por fim, três antigos territórios federais foram transformados em estados. São eles: i) Território de Rio Branco: separado do estado do Amazonas em 1943, se tornou Território de Roraima em 1962 e estado de Roraima em 1988; ii) Território de Guaporé: separado de parte do Estado do Amazonas e do Estado de Mato Grosso em 1943, se tornou Território de Rondônia em 1956 e estado de Rondônia em 1981 e iii) Território do Amapá: separado do estado do Pará em 1943 se tornou estado do Amapá em 1988.

Anexo 2: Estatísticas descritivas e resultados dos testes de robustez

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Ter a ocupação de doméstica	18084	0.160639	0.367208	0	1
Primeiro emprego como doméstica	18084	0.225006	0.417598	0	1
Anos de escolaridade	18084	8.298385	7.624605	1	99
Idade com que começou a trabalhar	18084	13.76664	4.146379	7	25
Número de escolas aos 7 anos	18084	0.00461	0.001362	0.00113	0.009771
Número de escolas aos 14 anos	18084	0.004884	0.001497	0.001072	0.009771
Número de professores aos 7 anos	18084	4.180388	2.694866	1.572264	28.44262
Número de professores aos 14 anos	18084	5.158474	3.384325	1.572264	28.44262
PIB per capita do estado aos 12 anos	18084	3.010683	2.282165	0.272543	11.8379
Idade	18084	38.33604	7.897602	25	55
Branco	18084	0.591849	0.491505	0	1
Pai com Elementar incompleto	17058	0.246043	0.430717	0	1
Pai com Elementar completo	17058	0.187419	0.390259	0	1
Pai com Médio 1o ciclo incompleto	17058	0.027436	0.163354	0	1

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Pai com Médio 1o ciclo completo	17058	0.037167	0.189177	0	1
Pai com Médio 2o ciclo incompleto	17058	0.007445	0.085966	0	1
Pai com Médio 2o ciclo completo	17058	0.040626	0.197428	0	1
Pai com Superior incompleto	17058	0.002755	0.05242	0	1
Pai com Superior completo	17058	0.024798	0.155513	0	1
Pai com Mestrado ou doutorado completo	17058	0.001173	0.034222	0	1
Pai não sabe informar / Ignorado	17058	0.114726	0.318701	0	1
Sem informação de escolaridade do pai	17456	0.232012	0.422129	0	1
Mãe com Elementar incompleto	17456	0.177761	0.382323	0	1
Mãe com Elementar completo	17456	0.027784	0.164359	0	1
Mãe com Médio 1o ciclo incompleto	17456	0.037408	0.189766	0	1
Mãe com Médio 1o ciclo completo	17456	0.008078	0.089514	0	1
Mãe com Médio 2o ciclo incompleto	17456	0.04096	0.198204	0	1
Mãe com Médio 2o ciclo completo	17456	0.001375	0.037055	0	1
Mãe com Superior incompleto	17456	0.013692	0.116211	0	1
Mãe com Superior completo	17456	0.000516	0.022701	0	1
Sem informação de escolaridade da mãe	17456	0.077509	0.267405	0	1
PIB per capita do estado aos 25 anos	18084	4.930527	2.740053	0.497628	12.81936

Resultados do primeiro estágio

Migração como variável endógena

Variável dependente:	Primeira ocupação como doméstica		Escolaridade		Idade com que começou a trabalhar		Migrantes	
	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão
Núm. de escola aos 14 anos	-0.008 **	0.004	0.085 **	0.035	0.044	0.034	-0.023 ***	-0.023
Núm. de professores aos 14 anos	-0.003	0.002	0.064 ***	0.019	0.152 ***	0.018	-0.01 ***	-0.01
PIB per capita aos 12 anos	-0.006 **	0.003	-0.025	0.029	-0.107 ***	0.028	-0.023 ***	-0.023
Interação escola e educação do pai	-0.002	0.005	0.123 **	0.049	0.085 *	0.047	-0.011 **	-0.011
Interação professores e educação do pai	0.01 ***	0.003	0.169 ***	0.025	0.05 **	0.024	-0.004	-0.004
Constante	0.589 ***	0.045	3.064 ***	0.437	11.91 ***	0.421	0.602 ***	0.602
Obs:		18078		18078		18078		18078
F		57.95		260.78		132.98		15.1
Prob > F		0		0		0		0
Centered R2		0.0958		0.3229		0.1956		0.0269
Uncentered R2		0.0942		0.3217		0.1942		0.0251
Root MSE		0.39735		3.8622		3.7223		0.40701
Partial R-squared of excluded instruments:		0.002		0.0047		0.0055		0.0123
Test of excluded instruments: F		7.16		16.99		19.9		44.85
Prob > F		0		0		0		0

*** p-valor <= 1%, ** p-valor entre 1% e 5%, * p-valor > 5% e <=10%.

Demais controles são: idade, ser branca ou amarela, educação do pai, educação da mãe e região de nascimento.

PIB per capita aos 25 anos como variável de controle

Variável dependente:	Primeira ocupação como doméstica		Escolaridade		Idade com que começou a trabalhar	
	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão
PIB per capita aos 25 anos	0.000	0.002	0.211 ***	0.024	0.066	0.023
Número de escola aos 14 anos	-0.008 **	0.004	0.034	0.035	0.028	0.034
Número de professores aos 14 anos	-0.003	0.002	0.021	0.020	0.139 ***	0.019
PIB per capita aos 12 anos	-0.006 *	0.003	-0.142 ***	0.032	-0.143 ***	0.031
Interação escola e educação do pai	-0.002	0.005	0.132 ***	0.049	0.088 *	0.047
Interação professores e educação do pai	0.010 ***	0.003	0.160 ***	0.025	0.047 **	0.024
Constante	0.589 ***	0.045	2.923 ***	0.436	11.866 ***	0.421
Obs:		18078		18078		18078

F	56.25	256.41	129.36
Prob > F	0	0	0
Centered R2	0.0958	0.3258	0.196
Uncentered R2	0.0941	0.3245	0.1945
Root MSE	0.39737	3.8542	3.7216
Partial R-squared of excluded instruments:	0.0019	0.0043	0.0041
Test of excluded instruments: F	6.8	15.71	14.79
Prob > F	0	0	0

*** p-valor <= 1%, ** p-valor entre 1% e 5%, * p-valor > 5% e <=10%.

Migração como variável endógena e PIB per capita aos 25 anos como variável de controle

Variável dependente:	Primeira ocupação como doméstica		Escolaridade		Idade com que começou a trabalhar		Migrantes	
	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão
PIB per capita aos 25 anos	0	0.002	0.211 ***	0.024	0.066	0.023	-0.009 ***	-0.009
Número de escola aos 14 anos	-0.008 **	0.004	0.034	0.035	0.028	0.034	-0.02 ***	-0.02
Número de professores aos 14 anos	-0.003	0.002	0.021	0.02	0.139 ***	0.019	-0.008 ***	-0.008
PIB per capita aos 12 anos	-0.006 *	0.003	-0.142 ***	0.032	-0.143 ***	0.031	-0.018 ***	-0.018
Interação escola e educação do pai	-0.002	0.005	0.132 ***	0.049	0.088 *	0.047	-0.011 **	-0.011
Interação professores e educação do pai	0.01 ***	0.003	0.16 ***	0.025	0.047 **	0.024	-0.003	-0.003
Constante	0.589 ***	0.045	2.923 ***	0.436	11.866 ***	0.421	0.608 ***	0.608
Obs:		18078		18078		18078		18078
F		56.25		256.41		129.36		15.05
Prob > F		0		0		0		0
Centered R2		0.0958		0.3258		0.196		0.0276
Uncentered R2		0.0941		0.3245		0.1945		0.0257
Root MSE		0.39737		3.8542		3.7216		0.40688
Partial R-squared of excluded instruments:		0.0019		0.0043		0.0041		0.0055
Test of excluded instruments: F		6.8		15.71		14.79		19.78
Prob > F		0		0		0		0

*** p-valor <= 1%, ** p-valor entre 1% e 5%, * p-valor > 5% e <=10%.

Resultados do segundo estágio

	Migração como variável endógena		PIB per capita aos 25 anos como variável de controle		Migração como variável endógena e PIB per capita aos 25 anos como variável de controle	
	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão	Coef.	Desvio Padrão
Ter a ocupação de doméstica						
Primeira ocupação doméstica	0.923	0.407	0.752 ***	0.231	0.814 ***	0.3
Escolaridade	-0.039	0.031	-0.029 *	0.017	-0.03	0.018
Idade com que começou a trabalhar	0.024	0.019	0.024	0.015	0.022	0.017
Ser migrante	-0.142	0.18	-	-	-0.054	0.149
Idade	0	0.001	0	0.001	0	0.001
Ser branca	0.075	0.079	0.039	0.038	0.051	0.052
Pai com Elementar incompleto	0.033	0.057	0.011	0.029	0.018	0.036
Pai com Elementar completo	0.067	0.1	0.027	0.05	0.04	0.064
Pai com Médio 1o ciclo incompleto	0.04	0.097	0.002	0.05	0.014	0.064
Pai com Médio 1o ciclo completo	0.102	0.143	0.046	0.073	0.064	0.093
Pai com Médio 2o ciclo incompleto	0.094	0.128	0.043	0.065	0.06	0.085
Pai com Médio 2o ciclo completo	0.111	0.162	0.046	0.081	0.067	0.105
Pai com Superior incompleto	0.083	0.16	0.02	0.081	0.039	0.101
Pai com Superior completo	0.106	0.173	0.034	0.083	0.059	0.114
Pai com Mestrado ou doutorado completo	0.078	0.172	-0.001	0.085	0.027	0.118
Pai não sabe informar / Ignorado	0.005	0.031	-0.003	0.02	-0.001	0.022
Sem informação de escolaridade do pai	-0.019 **	0.027	-0.016	0.023	-0.017	0.024
Mãe com Elementar incompleto	0.03	0.06	0.008	0.032	0.014	0.039
Mãe com Elementar completo	0.075	0.114	0.032	0.06	0.046	0.074
Mãe com Médio 1o ciclo incompleto	0.078	0.131	0.03	0.07	0.045	0.086

	Migração como variável endôgena		PIB per capita aos 25 anos como variável de controle		Migração como variável endôgena e PIB per capita aos 25 anos como variável de controle	
Mãe com Médio 1o ciclo completo	0.101	0.156	0.038	0.079	0.059	0.102
Mãe com Médio 2o ciclo incompleto	0.104	0.182	0.033	0.093	0.056	0.119
Mãe com Médio 2o ciclo completo	0.107	0.168	0.041	0.085	0.063	0.11
Mãe com Superior incompleto	0.142	0.197	0.069	0.105	0.092	0.13
Mãe com Superior completo	0.091	0.164	0.031	0.089	0.051	0.109
Mãe com Mestrado ou doutorado completo	0.128	0.162	0.065	0.097	0.084	0.11
Mãe não sabe informar / Ignorado	0.059	0.053	0.04	0.03	0.047	0.038
Sem informação de escolaridade da mãe	-0.022	0.038	-0.014	0.031	-0.015	0.033
Nordeste	0.059	0.049	0.036	0.025	0.045	0.035
Sudeste	0.06 ***	0.022	0.05 **	0.023	0.05 **	0.024
Sul	0.056	0.036	0.06 **	0.029	0.056 *	0.033
Centro-Oeste	0.008	0.041	0.015	0.031	0.009	0.038
PIB per capita aos 25 anos	-	-	0.003	0.003	0.002	0.004
_cons	-0.238	0.25	-0.235	0.215	-0.221	0.224
Number of obs		18078		18078		18078
F(32, 753)		30.32		40.34		37.21
Prob > F		0		0		0
Centered R2		-0.5284		-0.199		-0.2861
Uncentered R2		-0.2831		-0.0066		-0.0797
Root MSE		0.45		0.4		0.42
Hansen J statistic (overidentification test of all instruments):		0.575		0.914		0.687
Chi-sq(2) P-val =		0.44839		0.63315		0.40716

*** p-valor <= 1%, ** p-valor entre 1% e 5%, * p-valor > 5% e <=10%.
